

# AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: PRESENCIAL X EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ribeirão Preto – SP – Maio de 2013

Márcia Aparecida Figueiredo

Centro Universitário Barão de Mauá - e-mail: marciaead@baraodemaua.br

Categoria - Pesquisa e Avaliação

Setor Educacional - Educação Superior

Sistemas e Instituições de EAD

Formas de Assegurar a Qualidade

Características de Aprendizizes

Relatório de Pesquisa

Investigação Científica

**RESUMO:** *Este artigo tem por objetivo apresentar dados estatísticos da Avaliação no Ensino Superior do INEP na modalidade Presencial x EAD. A Avaliação contribui de um lado, a necessidade do Estado, no sentido de orientar os financiamentos e responder às pressões por melhorias que recebe da sociedade; de outro, a necessidade das próprias IES de se mostrarem capazes de atender às mudanças de cenário e garantir a qualidade de sua atividade-fim.*

**Palavras-chave:** ensino superior, avaliação, educação a distância.

## INTRODUÇÃO

A Educação Superior no Brasil na modalidade Presencial completou 205 anos, a primeira escola de Ensino Superior do Brasil foi Faculdade de Medicina da Bahia, inaugurada no dia 18 de fevereiro de 1808. Na modalidade a Distância a primeira Instituição de Educação Superior a oferecer curso de graduação na modalidade a distância foi a Universidade Federal do Mato

Grosso, em 1995, a EaD completou 18 anos, uma diferença de 2 séculos da educação tradicional.

Segundo Sanches (2009)<sup>[1]</sup>, a educação pode/deve ser a alternativa para resgatar a formação humana. Podendo contribuir para um desenvolvimento social mais justo e menos excludente, influenciando no redirecionamento das políticas sociais.

De acordo com Sanches <sup>[2]</sup>:

As Instituições de Ensino Superior (IES), na busca por atender às demandas de produção e socialização dos conhecimentos exigidos pelo contexto atual, são conduzidas a redimensionarem seu papel social, enfrentando o desafio de, ao mesmo tempo em que são atores sociais, compreender e desvendar os meandros de suas relações e, ainda, constituírem-se em instituições que possam criar e exercer uma pedagogia que possibilite à educação a assumir cada vez mais sua dimensão de cidadania, ampliando os espaços de participação social, produtiva e política dos educandos.

Em busca de desenvolvimento econômico e social por meio da melhora na qualidade da Educação Superior no Brasil procuramos formas de elevar a aprendizagem e, conseqüentemente, o desempenho dos estudantes.

Dias Sobrinho<sup>[3]</sup> destaque:

Os conhecimentos são, hoje, a mais importante ferramenta do desenvolvimento econômico das nações. A educação é uma área de extrema complexidade que deve dar conta dos mais graves problemas, especialmente num país como Brasil, que carrega as heranças de um passado irresoluto, que tampouco está resolvendo as questões do presente e, portanto, não consegue construir as bases para o futuro.

As IES, no contexto nacional, sempre tiveram inclinação ao poder, à centralização, à burocratização. Trata-se da necessidade de poder que as diferentes instâncias têm para exercer um controle, por menor que seja sobre o processo.

Segundo Durham e Schwartzman <sup>[4]</sup>, ressaltam que os processos de Avaliação Institucional surgiram de uma dupla necessidade: de um lado, a necessidade do Estado, no sentido de orientar os financiamentos e responder às pressões por melhorias que recebe da sociedade; de outro, a necessidade das próprias IES de se mostrarem capazes de atender às mudanças de cenário e garantir a qualidade de sua atividade-fim.

## **OBJETIVO GERAL**

No presente estudo analiso por meio do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (E-MEC) a avaliação do Ensino Superior no Brasil na modalidade presencial e a distância.

## **METODOLOGIA**

Análise Estatística Descritiva do Censo da Educação Superior 2011 e o E-MEC.

## **REFERÊNCIAL TEÓRICO**

A avaliação institucional é situada na literatura a partir de duas perspectivas, que refletem diferenças de concepção acerca da universidade e da educação escolar. Segundo Dias Sobrinho (1998), esses dois enfoques não são sempre e necessariamente excludentes, podendo ser complementares e se interpenetrarem. Um enfoque de "*avaliação institucional*", no dizer desse autor, "*vem de cima para baixo e de fora para dentro*", sendo expressão de políticas neoliberais, fomentadas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, sendo seu eixo dominante a *lógica de mercado*, que visa maior produtividade e eficiência, diferenciação e hierarquização das instituições.

Belloni<sup>[5]</sup>, ancorada no conceito de *função social* da avaliação, distingue entre avaliação como "*controle e hierarquização entre instituições*", funções do Estado, e como estratégia "*para a identificação das insuficiências e potencialidades das instituições e do sistema, com objetivo de melhorar seu funcionamento*" ou, ainda, como processo de "*autoconhecimento e tomada de decisões*", com vistas à *finalidade de aperfeiçoar o funcionamento e alcançar melhores resultados em sua missão institucional, junto à sociedade*", Leite e Balarine<sup>[6]</sup> falam da *tensão* entre o Estado e a Comunidade Acadêmica "*em nível de concepções, finalidades e objetivos da avaliação*".

Em suma, essa dualidade de perspectivas transparece na literatura e faz parte do cotidiano das instituições.

Essas diferenças de concepção a respeito da avaliação institucional, como assinalam Dias Sobrinho<sup>[3]</sup> e Belloni<sup>[5]</sup>, por exemplo, são expressões de perspectivas diferentes: de um lado, o poder instituído, o Estado; e do outro, a Comunidade Acadêmica enquanto expressão de uma visão democrática, de

construção de, e a partir de, dentro da instituição, ou seja, o desejo de autonomia, de participação, de decisão consensuada e de não interferência externa. O que mais diferencia o caráter da avaliação institucional não é o dado em si, mas o seu uso, assim como o contexto e funções que desempenha.

A avaliação das IES está consubstanciada num conjunto de procedimentos avaliativos que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei 10 861 de 14 de abril de 2004, do Ministério da Educação, e que tem como objetivos:

- a) Melhorar da qualidade da educação superior;
- b) Orientar a expansão de sua oferta;
- c) Aumentar, permanente, a sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- d) Aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Fazem parte desse sistema, além da avaliação institucional, a avaliação de cursos de graduação e o exame nacional de avaliação dos estudantes – ENADE. Esses processos avaliativos possibilitam a oportunidade de subsidiar a formulação de diretrizes para as políticas públicas de Educação Superior, a melhoria da qualidade e da relevância das Instituições de Ensino Superior.

A avaliação institucional compõe-se de dois momentos: a autoavaliação e a avaliação externa. No decorrer da autoavaliação, são analisados aspectos relacionados à formação acadêmica e profissional fornecida pela instituição, aos seus processos de gestão, às suas responsabilidades, e aos seus compromissos para com a sociedade. Concluída a autoavaliação, os resultados são submetidos a comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Após análise do relatório da avaliação interna promovida pela Instituição de Ensino Superior, e de informações adicionais, seguida de visita à instituição, elaboram relatório específico.

## DADOS ESTATÍSTICOS

No ano de 2011, participaram do Censo 2.365 Instituições de Ensino Superior (IES). Desse conjunto, 84,7% são faculdades, 8,0% são universidades, 5,6% são centros universitários e 1,7% representam a soma de institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs) e de centros federais de educação tecnológica (Cefets).

**Tabela 1 – Número e Percentual de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica – Brasil – 2011.**

Total Geral		Organização Acadêmica							
Total	%	Universidades	%	Centros Universitários	%	Faculdades	%	IFs e Cefets	%
2.365	100,0	190	8,0	131	5,6	2.004	84,7	40	1,7

Fonte: MEC/Inep.

No que se refere à categoria administrativa, 88,0% das IES que participaram do Censo 2011<sup>[7]</sup> são privadas e 12,0%, públicas, sendo 4,7% estaduais, 4,3% federais e 3,0% municipais.

Os dados sobre a distribuição geográfica das IES, a serem apresentados a seguir, reportam-se exclusivamente à reitoria ou sede administrativa da IES. Ressalte-se, portanto, que as informações obtidas não contemplam a multiplicidade de locais de oferta de muitas IES, bem como o alcance ampliado proporcionado por cursos na modalidade a distância.

Em termos de distribuição por região geográfica, a Figura 1 informa que praticamente metade das IES (48,9%) está localizada na região Sudeste. A outra metade apresenta a seguinte distribuição: 18,3% no Nordeste, 16,5% no Sul, 9,9% no Centro-Oeste e 6,4% no Norte.



### Figura 1 – Número de Instituições de Educação Superior, segundo as Regiões Geográficas – Brasil – 2011

Fonte: MEC/Inep.

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2011.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf)

O crescimento do Ensino Superior no Brasil em 2011, dados do MEC/INEP são 6.739,689 matrículas em Cursos de Graduação, na Educação Presencial **5.746.762 (85,3%)**; na Educação a Distância (EAD) **992.927 (14,7%)** matrículas; tal como ilustrado na Tabela 2 por Organização Acadêmica da EAD, prevalece, majoritariamente, a participação das Universidades com percentuais relativamente altos para as demais categorias.

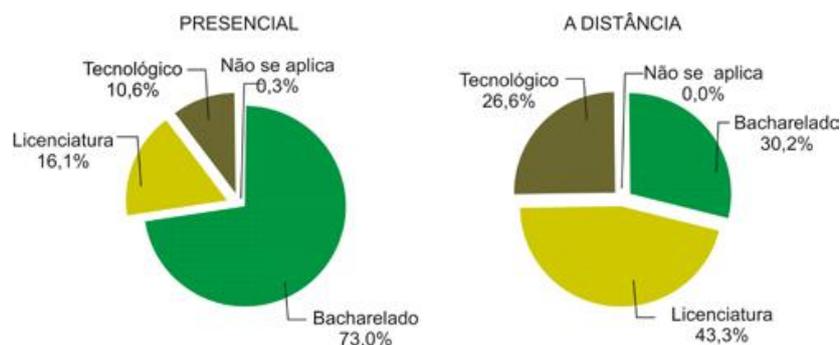
### Tabela 2 - Matrículas em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico, segundo a Unidade da Federação – 2011.

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Total Geral				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Brasil	6.739.689	4.495.831	1.356.329	870.534	16.995
Norte	520.274	313.646	149.958	55.540	1.130
Nordeste	1.326.656	879.517	330.885	115.616	638
Sudeste	3.110.913	2.124.408	521.853	451.327	13.325
Sul	1.144.303	754.010	223.204	165.708	1.381
Centro-Oeste	637.543	424.250	130.429	82.343	521

Fonte: MEC/Inep/Deed.

[http://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/sinopses\\_estatisticas/sinopses\\_educacao\\_basica/sinopse\\_estatistica\\_educacao\\_basica\\_2012\\_11032013.zip](http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_educacao_basica_2012_11032013.zip)

O Gráfico 1 compara a distribuição das matrículas de graduação, por grau acadêmico do curso, segundo a modalidade de ensino. A modalidade presencial totaliza 4.196.423 matrículas de bacharelado, 926.780 matrículas de licenciatura e 606.564 matrículas de grau tecnológico. Deve-se registrar que não está definido o grau acadêmico para 16.996 matrículas presenciais, as quais correspondem à área básica de ingresso. A modalidade a distância, por sua vez, soma 429.549 matrículas de licenciatura, 299.408 matrículas de bacharelado e 263.970 matrículas de grau tecnológico.



**Gráfico 1 – Distribuição do Número de Matrículas de Graduação por Modalidade de Ensino, segundo o Grau Acadêmico – Brasil – 2011.**

Fonte: MEC/Inep.

Nota: “Não se Aplica” corresponde à área básica de ingresso, na qual não está definido o grau acadêmico.

Em 2011, das 233 Instituições de Educação Superior (IES) a distância; 70,38% Universidades; 14,73% Centros Universitários; 13,03% Faculdades e 1,87% IF e CEFET. Das 698.818 Universidades apenas **159,315 (22,80%) são Públicas** e 539,503 (77,20%) são Privadas.

**Tabela 3 - Matrículas dos Cursos de Graduação a Distância, por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa das IES – 2011.**

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Total	Universidades	Distância		
			Centros Universitários	Faculdades	IF e CEFET
	992,927	698,818	146,157	129,343	18,609
Brasil Pública	177,924	<b>159,315</b>	-	-	18,609
Federal	105,850	87,241	-	-	18,609
Estadual	71,152	71,152	-	-	-
Municipal	922	922	-	-	-
Privada	815,003	<b>539,503</b>	146,157	129,343	-

Fonte: MEC/INEP/DEED

[http://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/sinopses\\_estatisticas/sinopses\\_educacao\\_superior/sinopse\\_educacao\\_superior\\_2011.zip](http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2011.zip)

A Tabela 4 apresenta as medidas de posição para as idades dos matriculados, ingressos e concluintes nos cursos de graduação, em 2011, segundo as modalidades de ensino presencial e a distância. Registra também os respectivos números de observação (vínculos) que subsidiaram o cálculo das estatísticas informadas.

Verifica-se que, em média, o aluno na condição de matrícula em um curso de graduação presencial tem 26 anos, e, no curso a distância, 33 anos. Na graduação presencial, metade dos matriculados (mediana) tem até 24 anos, sendo a idade mais frequente (moda) a de 21 anos. Já na graduação a distância, metade dos matriculados tem até 32 anos e a idade mais frequente é a de 30 anos. Informações sobre o 3º quartil permitem dizer que 25% dos matriculados na graduação presencial têm mais de 29 anos e que, na modalidade a distância, esse marco eleva-se em dez anos.

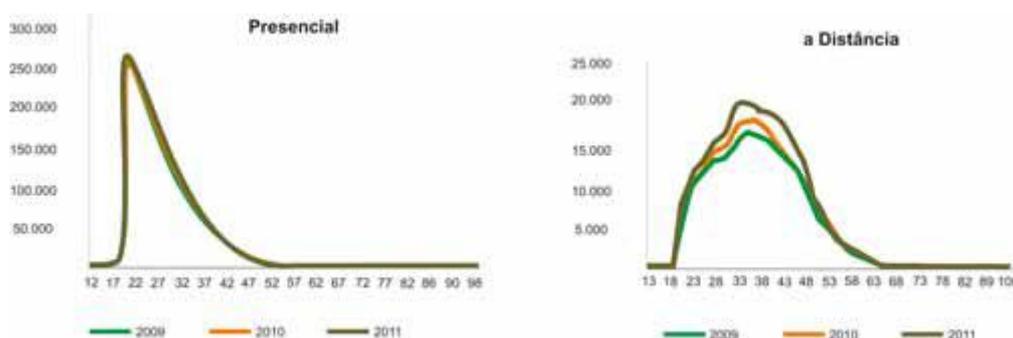
**Tabela 4 – Medidas de Posição para as Idades dos Matriculados, Ingressos (todas as Formas) e Concluintes nos Cursos de Graduação, segundo a Modalidade de Ensino – Brasil – 2011.**

Matriculas, Ingressos e Concluintes/ Modalidade de Ensino		Medidas de Posição					Numero de Observações
		1. Quartil	Mediana	3. Quartil	Media	Moda	
Matriculas	Presencial	21	24	29	26	21	5.746.762
	A Distancia	26	32	39	33	30	992.927
Ingressos	Presencial	19	22	28	25	18	1.915.098
	A Distancia	25	30	37	32	30	431.597
Concluintes	Presencial	23	26	31	28	23	865.161
	A Distancia	29	35	43	36	30	151.552

Fonte: MEC/Inep

Em 2011, os ingressos têm, em média, 25 anos, sendo 18 anos a idade mais frequente (moda) na graduação presencial. Ainda nessa modalidade, metade dos ingressos tem até 22 anos (mediana) e os 25% com idade mais avançada têm mais de 28 anos. Na graduação a distância, os ingressos têm, em média, 32 anos e a idade mais frequente (moda) é de 30 anos. Os 25% mais jovens (1º quartil) têm até 25 anos, metade (mediana) dos ingressos tem até 30 anos e os 25% com idade mais avançada (3º quartil) têm mais de 37 anos.

O Gráfico 2 ilustra as distribuições das idades dos ingressos na graduação, considerando-se os anos de 2009, 2010 e 2011.



**Gráfico 2 – Distribuições das Idades dos Ingressos (todas as Formas) nos Cursos de Graduação, segundo a Modalidade de Ensino – Brasil – 2009-2011**

Fonte: MEC/Inep.

Dados divulgados pelo **Ministério da Educação - Sistema e-MEC**, Relatório Avançado, o Conceito Preliminar de Curso (CPC) vai de 1 a 5 e, como o próprio nome diz, é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

(ENADE) constatamos nas Tabelas 11 e 12 que os percentuais são maiores nos Conceitos na Educação a Distância (EAD) em relação a Educação Presencial.

**Tabela 5 - Conceito Preliminar de Curso (CPC).**

CPC	EAD	%	PRESENCIAL	%
1	0	0,00%	121	0.71%
2	39	16.25%	4017	23.56%
3	134	55.83%	8613	50.52%
4	60	25.00%	3897	22.86%
5	7	2.92%	400	2.35%
SC	31	-	3793	-
Unidade com cursos não reconhecidos	1165	-	28903	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.436</b>	<b>100,00%</b>	<b>49.744</b>	<b>100,00%</b>

Obs.: Os índices SC e Unidade com cursos não reconhecidos não entraram nos cálculos estatísticos.

Fonte: Ministério da Educação - Sistema e-MEC

Relatório da Consulta Avançada

<http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 18/01/2013

**Tabela 6 - O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).**

ENADE	EAD	%	PRESENCIAL	%
1	2	0.61%	980	4.62%
2	95	28.79%	5541	26.10%
3	149	45.15%	8992	42.35%
4	69	20.91%	4408	20.76%
5	15	4.55%	1310	6.17%
SC	33	-	2695	-
Unidade com cursos não reconhecidos	1073	-	25818	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.436</b>	<b>100,00%</b>	<b>49.744</b>	<b>100,00%</b>

Obs.: Os índices SC e Unidade com cursos não reconhecidos não entraram nos cálculos estatísticos.

Fonte: Ministério da Educação - Sistema e-MEC

Relatório da Consulta Avançada

<http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 18/01/2013

Na avaliação do Conceito de Curso (CC) a modalidade de Educação a Distância não obteve nenhum Conceitos 1 e 2 (Cursos de baixa qualidade), e a soma dos Conceitos 4 e 5 atingiram percentuais 77,08%, tal como ilustrado na Tabela 7.

**Tabela 7 – O Conceito de Curso (CC).**

CC	EAD	%	PRESENCIAL	%
1	-	0,00%	25	0.16%
2	-	0,00%	323	2.04%
3	11	22.92%	6053	38.14%
4	30	62.50%	7247	45.66%
5	7	14.58%	2224	14.01%
SC	-	-	-	-
Unidade com cursos não reconhecidos	1388	-	33872	-

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.436</b>	<b>100,00%</b>	<b>49.744</b>	<b>100,00%</b>
--------------------	--------------	----------------	---------------	----------------

Obs.: Os índices SC e Unidade com cursos não reconhecidos não entraram nos cálculos estatísticos.

Fonte: Ministério da Educação - Sistema e-MEC

Relatório da Consulta Avançada

<http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 18/01/2013

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos reconhecem o papel fundamental das Instituições Ensino Superior no desenvolvimento intelectual, social e afetivo do indivíduo. Assim, em uma sociedade globalizada, com transformações contínuas e em ritmo acelerado.

Não se podem ignorar as dificuldades existentes no país, nem o déficit das instituições, fatores estes agravados pelas condições de instalações físicas, de recursos humanos e materiais que demandam melhorias.

Nesse sentido, a Avaliação Institucional conjuga-se com mudança e essa assume diferentes significados. Trata-se de um processo, sem dúvida, doloroso, lento, com avanços e retrocessos, mas com grande potencial de transformação. Portanto, a avaliação institucional está conectada à mudança e à melhoria do ensino e aprendizagem quando se constitui em meio, em ferramenta e não em um fim. Os Resultados das Avaliações do INEP: Enade, CC e o CPC que foram apresentados no Censo de 2011 na modalidade EAD x Presencial estão nivelados, o preconceito na modalidade de EAD extinguiu.

## REFERÊNCIAS

[1] SANCHES, R. C. F. **Avaliação Institucional**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

[2] SANCHES, R. C. F. Projeto Pedagógico e Avaliação Institucional: articulação e importância.

In: **Revista da Rede de Avaliação Institucional Superior**, ano 11, v.11, n.1, mar.2006.

[3] DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

[4] DURHAM, E. R; SCHWRATZMAN, S. (Orgs). **Avaliação da Educação Superior**. São Paulo: EDUSP, 1992.

[5] BELLONI. I A função social da avaliação institucional. Avaliação. In: **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, v.3, n.4, 1998.

[6] LEITE, D. B. C.; BALARINE, O. F. O. **Avaliação institucional das universidades: quantificação de impactos e mudanças associados**. Avaliação, Campinas, v.3, nº 34, 1998.

[7] BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da educação superior: 2011** – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2011.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf) Acesso: em: 29 de abril 2013.